



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM CORRÊA**

**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 141/2015**

**PROPONENTE: DEPUTADO DR. GOMES**

**RELATOR: DEPUTADO SERAFIM CORRÊA**



**OBRIGA** as instituições bancárias a afeiçãoarem os guichês de atendimento do interior das agências e os Caixas de autoatendimento eletrônico para tornar acessíveis os serviços às pessoas com deficiência e necessidades especiais e dá outras providências.

**I – RELATÓRIO**

O Ilustre Parlamentar DR. GOMES toma a iniciativa de propor o presente Projeto de Lei nº 141/2015, que obriga as instituições bancárias a afeiçãoarem os guichês de atendimento do interior das agências e os Caixas de autoatendimento eletrônico para tornar acessíveis os serviços às pessoas com deficiência e necessidades especiais e dá outras providências.

Tal propositura foi apresentada no dia 12/05/2015, sendo encaminhada em 27/05/2015 a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Art. 127, III do Regimento Interno, obtendo parecer favorável em voto da lavra deste Ilustre relator.

Em 13/08/2015, obteve parecer favorável na Comissão de Finanças Públicas em voto do Ilustre Deputado David Almeida.

Em 11/11/2015, obteve parecer pela sua aprovação na Comissão dos Obras, Patrimônio e Serviços Públicos, no qual foi apresentada Emenda Modificativa para alterar o verbo “afeiçãoar” por “adaptar” na ementa, com o intuito de adequá-la ao Art. 1º da presente propositura.

A referida Emenda ainda alterou o prazo constante no Art. 3º, para adequação da grafia em algarismos e sua referência por extenso, após



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM CORRÊA**



verificação junto ao Autor da presente propositura, que pugnou pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme voto da lavra do Ilustre Deputado Luiz Castro.

Em 03/02/2016, foi encaminhada para esta Comissão para a emissão de Parecer.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Compete-nos nesta oportunidade, em atendimento as determinações do Art. 128, III, do Regimento Interno, a análise da presente propositura e emissão de parecer, após aprovação pela Comissão antecedente de emenda modificativa.

A Lei Estadual nº 3212/2007, de autoria do Ilustríssimo Deputado Arthur Bisneto, trata de parte do objeto constante na presente propositura, no tocante a obrigação dos estabelecimentos bancários disponibilizarem caixas eletrônicos preferenciais e acessíveis a pessoa portadora de deficiência, conforme documento anexo.

No entanto, a presente propositura é mais abrangente, pois, além de tratar de caixas de autoatendimento eletrônico, trata também dos guichês de atendimento (caixas) localizados no interior das agências.

O Art. 126, VII, “a” c/c Art. 166, I, ambos do Regimento Interno, assim dispõem:

*“Art. 126. A análise preliminar de admissibilidade jurídica é processada pelo Presidente, devendo a proposição atender aos seguintes requisitos:*

*(...)*

*VII - não é admitida a proposição que:*

*(...)*

*contenha objeto idêntico ou assemelhado a matéria aprovada, em tramitação ou rejeitada na mesma sessão legislativa, salvo neste último caso, se houver proposta da maioria absoluta dos Deputados”. (g.n.)*

*“Art. 166. A prejudicialidade é a existência de fato impeditivo à discussão e à votação de proposição*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM CORRÊA**



*pela Assembleia, envolvendo as seguintes hipóteses:*

*I - proposição idêntica ou assemelhada à outra em tramitação ou aprovada, observado o disposto no § 1º do art. 126 deste Regimento". (g.n.)*

Após esta análise, nos termos do Art. 110, IV do Regimento Interno desta a. Casa Legislativa, com o intuito de sanar a prejudicialidade encontrada e de aprimorar a presente propositura, propomos esta Emenda Modificativa, para suprimir da ementa e do artigo 1º a palavra "caixas de autoatendimento eletrônico", nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 141/2015**

Dê-se e ementa do presente Projeto de Lei a seguinte redação:

*"OBRIGA as instituições bancárias a adaptarem os guichês de atendimento do interior das agências, para tornar acessíveis os serviços às pessoas com deficiência e necessidade especiais e dá outras providências".*

Dê-se ao Artigo 1º do presente Projeto de Lei a seguinte redação:

*"Art. 1º Ficam as instituições bancárias instaladas no Estado do Amazonas, obrigadas a adaptarem os guichês de atendimento do interior das agências para tornar acessíveis os serviços às pessoas com deficiências e necessidades especiais, e ainda, a construção de rampas para o acesso e locomoção nos pavimentos dos serviços básicos destinados à população".*

*"Art. 3º As instituições bancárias terão prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para se adequarem as exigências estabelecidas nesta Lei.".*

**III – VOTO DO RELATOR**

*Ex positis, sou FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 141/2015, bem como, sou FAVORÁVEL a Emenda Modificativa proposta.*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM CORRÊA**



É o parecer.

**S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 29 de  
Fevereiro de 2016.

Deputado **SERAFIM CORRÊA - PSB**

Relator



ESTADO DO AMAZONAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação

por

relatores

Presidente

Relator

Em 14 / 05 / 2016

PRESIDENTE

RELATOR

(Com Emenda Modificativa)

Designo Relator o Deputado

DAVIS ALMEIDA

Em 18 / 05 / 16

Presidente





# Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas



Projeto de Lei Ordinária 16/2005 de 28/12/2007

[Voltar](#) [Imprimir](#)

Situação: Sancionado / Promulgado (Lei nº 3212/2007)

Autor: Deputado  
ARTHUR BISNETO

Trâmite: 28/12/2007

Regime: Ordinário

Assunto: Diversos

[Ver Trâmite](#)

## Ementa

Propõe que os estabelecimentos bancários sejam obrigados a disponibilizar, em suas agências, caixas eletrônicos preferenciais e adequados ao atendimento da pessoa portadora de deficiência.

## Texto

Art. 1º - Ficam obrigados os estabelecimentos bancários a disponibilizar, em suas agências, um caixa eletrônico preferencial e adequado ao atendimento da pessoa portadora de deficiência, no âmbito do Estado do Amazonas.

Art. 2º - Os caixas eletrônicos preferenciais deverão apresentar, no mínimo, espaço e acesso adequados, tempo maior para digitação de dados e realização de operações, melhor iluminação e proteção devida, que melhor resguarde a privacidade da pessoa portadora de deficiência.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## Aviso